



Uma leitura sobre o processo histórico de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica (Peapo) no Estado do Rio de Janeiro.

A view about the construction process of the Rio de Janeiro's Policy of agroecology and organic production (Peapo).

STRAUCH, Guilherme de Freitas¹; PALM, Juliano Luís²

¹ Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - SEAPPA, gstrauch58@gmail.com; ² Doutorando no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), julianoluispalm@gmail.com

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Esse artigo contextualiza a trajetória histórica e o estado atual do processo de construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no estado do Rio de Janeiro – PEAPO-RJ. Está baseado na construção de uma linha do tempo, onde se faz a análise da trajetória dos vários atores e a identificação de três distintos contextos políticos ao longo de quase quatro décadas. Essa análise aponta para alguns elementos considerados relevantes na compreensão do processo de construção de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural no estado do RJ e, em especial, aquelas de apoio à agroecologia e à agricultura orgânica. A PEAPO RJ aparece como um esforço coletivo para contemplar vários aspectos e dimensões da agroecologia e da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e, também, traz um significado bem atual como forma de rearticulação e resistência frente ao processo de fragilização política e institucional imposto em nível federal.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura; movimentos sociais; Estado.

Keywords: public policy; agriculture; social movements; state.

Introdução

O presente trabalho apresenta, de forma bastante sintética, resultados de um estudo sobre o processo que culmina na construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no estado do Rio de Janeiro – PEAPO-RJ. A histórica invisibilidade da agricultura familiar e a desarticulação das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural no estado, configuram um quadro que acentua e é utilizado como justificativa para a pouca importância que esta temática ganha na agenda dos governos estaduais. É em relação a este cenário mais amplo, de exclusão política e social da agricultura familiar e, em escala federal, em um contexto de acelerado desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de fragilização de suas instâncias de governança, que buscamos examinar as interações entre atores da sociedade civil e o poder público no processo de construção de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural no Rio de Janeiro, especialmente de apoio à agroecologia e produção orgânica.

Desde a emergência das primeiras iniciativas em agriculturas de base ecológica no estado do RJ, em fins da década de 1970, identificamos três momentos distintos em relação as interações dos atores envolvidos com estas experiências e o poder público, conforme apresentamos no item resultados e discussão. Salientamos, no entanto, que



essa subdivisão deve ser vista como um esforço que visa auxiliar na compreensão de diferentes configurações no processo analisado, realizada a partir dos focos de atuação dos atores inseridos na construção de experiências em agriculturas de base ecológica no estado.

Metodologia

O método utilizado para realizar essa leitura foi a identificação dos atores e dos distintos contextos, traçando uma linha do tempo do processo histórico desde a emergência da agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro, da diversificação dos atores e do surgimento dos espaços de gestão social e construção e execução de algumas políticas públicas de promoção e fortalecimento da agroecologia e da agricultura orgânica. Destacamos, neste sentido, que o estudo realizado toma como chave para sua leitura os atores que fizeram parte da construção das experiências em agriculturas de base ecológica no estado, os quais, em maior ou menor grau, participaram da recente construção da PEAPO RJ. Esta opção é resultado da compreensão de que não seria possível, no espaço desse trabalho, listar todos os atores e sistematizar os múltiplos eventos e processos de constituição do rico e diversificado movimento de constituição da agroecologia e da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro.

Para o desenvolvimento do trabalho realizamos, ainda, uma revisão bibliográfica de estudos sobre o tema, como livros, artigos, dissertações e teses. Além disso, cabe citar a própria experiência dos autores em diversas etapas de cada um dos contextos identificados nesse artigo, no exercício da observação participante, ao longo dos anos.

Resultados e Discussão

O primeiro contexto observado na pesquisa se estende de final da década de 1970 até início dos anos 2000. Aí se tem a emergência do movimento de agricultura alternativa no estado do RJ. São identificados, nesse período, a formação do Grupo de Agricultura Ecológica da UFRRJ – GAE (1978), da Cooperativa de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais - COONATURA (1979), a Associação dos Produtores Biológicos do RJ – ABIO (1985) e, de forma articulada com essa última, o surgimento de feiras orgânicas em diferentes partes do estado. Também é significativo, nesse contexto, a criação da Fazendinha Agroecológica (EMBRAPA, UFRRJ e PESAGRO RIO) em 1993, e as ações de organizações de assessoria sociotécnica com enfoque agroecológico, a exemplo da Cooperativa CEDRO e da AS-PTA (com seu Programa de Agricultura Urbana), ambas criados em 1999.

Ainda nesse período identificamos o trabalho realizado através da Rede Estadual de Agroecologia, no final dos anos 1990, e a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, no Rio de Janeiro, em 2002, com cerca de 1.100 participantes, entre técnicos de assessoria e extensão rural, agricultores/as, representantes de movimentos sociais e de povos e comunidades tradicionais, pesquisadores e



estudantes. Um dos principais encaminhamentos do I ENA foi o fortalecimento das redes estaduais e regionais de agroecologia, além da criação da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA (MONTEIRO e LONDRES, 2017), em torno das quais passaram a centrar esforços diferentes atores do movimento agroecológico em âmbito estadual, viabilizando a criação e dinamização da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ, em 2006.

A partir de 2003, identifica-se um contexto de ampliação dos espaços de participação da sociedade civil nos processos de formulação e operacionalização de políticas públicas em escala federal, no qual que as temáticas da agroecologia e produção orgânica passam a ser incorporadas em diferentes instrumentos de ação pública (SCHMITT *et al.*, 2017). Nesse período, os atores inseridos no movimento agroecológico e da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro passaram a se articular em torno de determinadas políticas públicas, e a participar mais diretamente de arranjos políticos-institucionais específicos. Como exemplos citamos o amplo processo de construção do Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do RJ – PEATER RJ, em 2005, e a realização da Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2013), que culminou com a construção do I Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PEDRSS. Além dessa ênfase em processos relacionados à dinâmicas de políticas públicas em escala federal, nestes anos observamos alguns avanços em ações públicas em âmbito estadual em determinadas temáticas, como por exemplo a execução do projeto de desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas - programa Rio Rural.

Neste período também emergem atores importantes no processo de construção da agroecologia e agricultura orgânica no estado, em que merece destaque a criação da AARJ em 2006. Inseridas em sua dinâmica, passam a se articular instituições de ensino, que tanto coordenaram editais de pesquisa para a sistematização de experiências agroecológicas (caso da UFF). como implantaram núcleos de estudos em agroecologia (caso do NIA, da UFRRJ e EMBRAPA Agrobiologia). Nesse contexto merecem destaque, ainda, a AS-PTA e seu trabalho de apoio à consolidação da AARJ, além de sua atuação junto a Rede CAU – Coletivo de Agricultura Urbana, ator importante no processo de discussão e construção da PEAPO-RJ.

O período mais recente na trajetória proposta nesse capítulo – de 2016 a contemporaneidade – é marcado pela intensificação no processo de desmonte das políticas públicas de apoio à agroecologia e agricultura orgânica em nível federal, inclusive com o esvaziamento de instâncias de gestão dessas políticas, como a CNAPO e CIAPO, além dos próprios conselhos CONDRAF e CONSEA. Em 2017 se realiza o *Seminário Regional de Agroecologia e Produção Orgânica - Região Sudeste* (Campinas/SP), baseado na compreensão de que: “a Política (Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e o Plano se concretizam efetivamente nos territórios, que essa efetivação passa pelo comprometimento e interação dos atores governamentais e sociais locais e nas esferas municipais e estaduais” (CNAPO, 2017, p.6).



Do estado do Rio de Janeiro estiveram representadas 12 entidades governamentais e da sociedade civil, com inserção nas ações de promoção da agroecologia e agricultura orgânica. A partir de um processo coletivo de avaliação da PNAPO, visava-se fortalecer o compromisso político e a formação de sinergias entre os atores envolvidos nos processos de promoção da agroecologia nos diferentes estados.

Estimulados por essa oportunidade, ainda em 2017 esse grupo inicia um processo de construção de um projeto de lei - PL, de forma organizada em dois grupos de trabalho: um para sistematização de contribuições ao texto do PL e sua redação e, o outro focando no diálogo político junto aos parlamentares envolvidos na tramitação do PL dentro da Assembleia Legislativa do RJ - ALERJ, por dentro das comissões temáticas. Ambos grupos dialogam e se organizam, principalmente, dentro do espaço da Comissão da Produção Orgânica do Rio de Janeiro - CPOrg RJ.

Em junho de 2019 o texto é finalizado e aprovado dentro da CPOrg RJ, que o envia à Assembleia Legislativa do RJ para seu registro e trâmite administrativo.

Neste contexto o conjunto de atores que havia se organizado em torno de arranjos políticos institucionais específicos ao longo dos anos anteriores, impulsionados por políticas públicas federais, passaram a dinamizar um novo processo de sinergia mais direta com vistas a formulação e implementação de políticas em nível estadual, em que merecem destaque seus esforços em torno da construção de uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica a partir de 2017.

Conclusões

A análise do processo histórico de construção da PEAPO no estado do RJ aponta para uma longa e diversificada trajetória, construída por múltiplos atores, que, em contextos distintos, tiveram diferentes focos de atuação. Uma questão central ao longo do processo histórico analisado é a dificuldade de articulação dos atores da sociedade civil com o poder público, especialmente em nível estadual, marcado pela invisibilidade da agricultura familiar, utilizada como justificativa e reforçada pela fragilidade política e institucional em ações públicas de desenvolvimento rural.

No esforço de análise aqui empreendido identificamos três contextos distintos em relação as interações entre atores da sociedade civil e poder público na construção de experiências de agroecologia e agricultura orgânica e de instrumentos de ação pública que pudessem fortalece-las: i) emergência de diversas experiências de agriculturas de base ecológica, de fins da década de 1970 ao início da década de 2000, com interações pontuais com o poder público, principalmente municipais; ii) articulação em torno de políticas e arranjos institucionais específicos, em um contexto de maior abertura para a participação da sociedade civil nos processos de construção e operacionalização de políticas públicas em escala federal, a partir de princípios da década de 2000; iii) esforços que visam a criação de políticas públicas estaduais de fortalecimento da agricultura orgânica e agroecologia, em um contexto de fragilização das políticas públicas em escala federal, especialmente a partir de 2016.



Salientamos, no entanto, que essa subdivisão em três contextos deve ser lida como um esforço para auxiliar na compreensão de diferentes configurações que integram o processo analisado, o qual realizamos a partir dos focos de atuação dos atores inseridos na construção de experiências em agricultura de base ecológica no estado. Neste sentido, o presente trabalho teve por objetivo apresentar um esforço prévio, para que posteriormente se avance com mais elementos na leitura e compreensão das dinâmicas e dos processos de convergência observados recentemente na construção de uma PEAPO no estado do RJ.

Destacamos o fato de que vários atores identificados ao longo dessa trajetória permaneceram como de fundamental importância no processo contemporâneo de discussão e construção da PEAPO RJ. As dinâmicas de aproximação entre os diferentes atores desse processo, ao longo de quase quatro décadas, se deram muito em função das oportunidades de construção de propostas de fortalecimento de projetos e políticas com objetivos e princípios comuns, que entendemos ser o caso do processo de construção da PEAPO RJ.

Agradecimentos

Os autores agradecem a preciosa colaboração de Bernadete Montesano, da Rede CAU – Coletivo de Agricultura Urbana e da AARJ, e de Licia Cristina Malavolta Castelo Branco, extensionista rural da EMATER RIO e, atualmente assessora parlamentar na ALERJ.

Referências bibliográficas

CNAPO. Resultados do Seminário Regional de Agroecologia e Produção Orgânica - Região Sudeste. Campinas. 29 a 31 de agosto de 2017;

MONTEIRO, D., LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico brasileiro. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al* (org.).

A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, IPEA, 2017, p. 53 – 83;

SCHMITT, C. J. *et al*. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: SABOURIN, E. *et al* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe.** 1ª ed., Porto Alegre/Evangraf/Criação Humana, Rede PP-AL, FAO, 2017.